

Sexta-Feira, 24 de Abril de 2026

## **Comissão da ALMT cobra revisão de demissões no Samu e debate ampliação do serviço**

**Fim do Samu em debate**

Redação

A Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa de Mato Grosso deliberou, nesta quarta-feira (22), o encaminhamento de cinco pontos relacionados à demissão de 56 profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) na Baixada Cuiabana. Entre as medidas estão o pedido de revisão das demissões, esclarecimentos sobre a desativação de unidades e a ampliação do debate sobre a cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Saúde (SES), o Samu e o Corpo de Bombeiros.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Dr. Eugênio (Republicanos), o governo deve rever a demissão dos 56 profissionais do Samu desligados em março. Outro ponto discutido é entender por que cinco unidades foram desativadas (não estão em funcionamento), além de incluir o serviço no debate de cooperação técnica junto à SES, visando à efetivação do atendimento pré-hospitalar em Mato Grosso.

Durante a votação do encaminhamento, mais duas sugestões foram apresentadas à votação. O deputado Paulo Araújo (Republicanos) sugeriu colocar no debate a convocação do concurso público para a categoria. Já o deputado Lúdio Cabral (PT), que está em licença, propôs que a comissão discuta com o Ministério da Saúde, na próxima terça-feira (28), as possíveis renovações dos contratos das 56 demissões dos profissionais do Samu.

“Nós queremos as renovações imediatas dos contratos dos 56 profissionais demitidos pelo estado. Está claro que o trabalho da atenção pré-hospitalar em Mato Grosso está desfalcado com a ausência desses profissionais especializados e qualificados em campo. É preciso sair daqui com uma posição sobre a renovação do contrato desses profissionais e discutir essas demissões com o Ministério Saúde”, disse Cabral.

O secretário de Estado de Saúde, Juliano Melo, que está à frente da pasta há 20 dias, afirmou que existe um termo de cooperação técnica entre a SES e o Corpo de Bombeiros Militar na ampliação do serviço de atendimento pré-hospitalar no estado. Esse debate, segundo ele, começou em junho do ano passado. “A cooperação vem para aumentar a cobertura, melhorar o serviço, principalmente nos municípios do interior, onde não tem Samu”, explicou o secretário.

Melo afirmou ainda que o serviço está presente em 24 municípios e que existe um projeto de ampliação para outros 28, representando quase 60% dos municípios que não têm atendimento pré-hospitalar. “Com a cooperação com o Samu, a gente passa a aumentar bem essa cobertura, porque a gente padroniza tanto o comando do pré-hospitalar assim como também os tempos de resposta”, disse o secretário.

Em relação aos 56 profissionais demitidos, o secretário Juliano Melo afirmou que hoje há 38 contratos ainda pendentes e que os restantes já foram renovados em outras unidades e até mesmo no Samu. “Isso muda todo dia. Nossa proposta foi o de conciliação e que atenda a necessidade do SES”, disse o secretário.

Melo explicou que a cooperação à Baixada Cuiabana saiu de 12 unidades de atendimento pré-hospitalar para 25. “Nós aumentamos em quase 40% o número de atendimento e a abrangência de cobertura, como era para ser feito há muitos anos e que agora permite fazer”, disse o secretário.

O primeiro-secretário da ALMT, Dr. João (MDB), afirmou que “onde tudo está funcionando, chega alguém que inventou a roda e quer mudar tudo. Ninguém é contra o trabalho do Corpo de Bombeiros na saúde. Em Tangará da Serra trabalham 14 médicos, onde sete vão para a rua e outros sete ficam na base. Eles têm experiência de atendimento de emergência. Lá o Bombeiros com o Samu é maravilhoso. Será que o Samu em Cuiabá é um entrave na Baixada Cuiabana? Se tirar o Samu, o governo federal vai continuar ajudando? ”, questionou Dr. João.

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde do Estado de Mato Grosso (Sisma-MT), Carlos Mesquita, afirmou que “parece que a saúde de Mato Grosso está uma maravilha”. Segundo ele, a cobertura por município é diferente por cobertura populacional.

“Quando foi instalado o Samu, foi dado prioridade onde tinha maior quantidade da população, se alguém é culpado de o Samu não atingir todos os municípios é do governo do estado. Durante sete anos, o governo teve a oportunidade de fazê-lo, mas não o fez. A população de Cuiabá e Várzea Grande estão sendo penalizadas pela falta de pessoal. Hoje, 56 profissionais do Samu foram descartados pelo governo”, explicou Mesquita.

Para a enfermeira Patrícia Ferreira, nos últimos sete anos, o Samu foi sucateado pelo governo do estado, principalmente em Cuiabá e Várzea Grande. Segundo ela, em julho de 2025, tinha 12 unidades

(ambulâncias), já em janeiro esse número chegou a oito unidades.

“Mas em março deste ano, o governo demitiu 56 profissionais e haveria uma lista de apenas dez contatados que seriam renovados. Com isso, ficou impossível atender a população. Isso sem contar na redução de investimentos no setor. Nesse ínterim, houve a redução das ambulâncias do Samu e, com isso, aumento dos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros”, afirmou Ferreira.

A deputada Janaina Riva (MDB) afirmou que a Assembleia já tem entendimento consolidado sobre a necessidade de preservar o Samu e reforçou que a discussão deve ser técnica e não política. “A população não quer saber se é Samu ou Bombeiros. Ela quer ser atendida e com qualidade na hora que precisar. Essa é a discussão que precisa ser feita”, concluiu a parlamentar.

Secretaria de Comunicação Social